

ARQUIVO DISTRITAL DE BRAGA

INVENTÁRIO
DA
PROVEDORIA
DE
GUIMARÃES

BRAGA 2011

INTRODUÇÃO E INVENTÁRIO

Armando B. Malheiro da Silva

José Viriato Eiras Capela

2ª EDIÇÃO

Nuno Macieira (informatização de dados)

Ana Sandra Meneses (revisão e adaptação)

Arquivo Distrital de Braga

Braga, 2011

SUMÁRIO

NOTAS À 2ª EDIÇÃO	4
INTRODUÇÃO (1ª Edição).....	5
INVENTÁRIO DA PROVIDORIA DE GUIMARÃES.....	8
1 – DESCRIÇÃO DO FUNDO	8
2 – INVENTÁRIO	9
ÍNDICES	19
ÍNDICE DAS ORDENS MILITARES	20
ÍNDICE TOPONÍMICO.....	22

NOTAS À 2ª EDIÇÃO

A presente edição representa mais um exemplo da intenção de reeditar, em plataforma digital, todos os instrumentos de descrição produzidos pelo Arquivo Distrital de Braga que se encontram esgotados.

Assim este trabalho apenas estará disponível para consulta, cópia e impressão na página da internet do ADB (<http://www.adb.uminho.pt/>) não havendo possibilidade de o adquirir na sala de leitura em suporte papel.

Esta nova edição apresenta algumas alterações em relação à primeira versão publicada em 1985. Em primeiro lugar, apenas representa um fundo documental – a Provedoria de Guimarães – estando previstas novas edições dos outros dois que integravam o mesmo instrumento de acesso, ou seja, Provedoria de Viana do Castelo e Próprios Nacionais/Fazenda. Graficamente, também alterada, sendo o seu conteúdo alvo de normalização, através da aplicação da ISAD(G) e da ODA. Neste sentido, foi acrescentado o campo de *CÓDIGO DE REFERÊNCIA* que se desdobra da seguinte forma:

PT/ADB/PRVGMR/##/PG# – Portugal/Arquivo Distrital de Braga/Provedoria de Guimarães/(Série)/(cota)

INTRODUÇÃO (1ª Edição)

“Il n’y a donc moyen de se passer d’impôt”

DUPONT, De Nemours

“Não queremos sentenciar. Mas é certo que a quasi todas as administrações tem repugnado recorrer ao imposto. Será porque efectivamente lhes diz a consciência que não há sido escrupulosa a aplicação dada às contribuições públicas? Talvez: e talvez também porque tão alto como a consciência lhe brada o povo – que a protecção aos que deviam ser os maiores contribuintes já não é favor, é escandolo. A repartição do imposto é iníqua. As omissões são odiosas”

LOBO, Ferreira (1871)

O Arquivo é o laboratório das ciências histórico-sociais e isto pressupõe, como é óbvio, uma profunda e estreita relação entre ambos, geradora de qualidade e de progresso científico.

Quando, porém, esse relacionamento íntimo não existe – é o que de há muito vem acontecendo em Portugal – os acervos documentais não são tratados em consonância com as necessidades duma investigação, inevitavelmente renovada, confrontando-se os seus agentes com o seguinte problema: ou desistem da abordagem sistemática de certos temas, devido ao estado caótico das respectivas fontes, ou então, decidem avançar com o projecto e, para isso, adoptam e aplicam critérios arquivísticos nem sempre muito adequados. No entanto, e apesar deste inconveniente, tem sido graças ao trabalho pertinaz dos investigadores, que se conhece a documentação (balizada, sobretudo, entre os séculos XVII e XX) dos Arquivos Regionais (com especial destaque para os das Câmaras), indispensável para se avançar a pesquisa no âmbito das Ciências Humanas e Sociais, particularmente da história moderna e Contemporânea. É de lamentar que os arquivistas portugueses ainda se mantenham alheados ou impossibilitados de cumprir esta tarefa fundamental, que especialmente lhes cabe.

O tratamento arquivístico dos dois fundos que aqui se apresentam e cuja incorporação no ADB foi aleatória e incompleta¹, resultou de uma conjugação feliz de vontades e de perspectivas complementares.

Ao princípio, os livros e documentos avulsos do Real d’Água, das Sisas, do Subsídio Literário, da Décima e Impostos Anexos, dos Novos Direitos, dos Novos Impostos/Quinto, da Cobrança do Selo, etc. –

¹ Não conseguimos encontrar elementos esclarecedores da data e do modo como essa incorporação se fez. Como ela outras se fizeram, pondo em evidência um facto importante: o ADB não é apenas um arquivo com documentação medieval e eclesiástica.

centralizados no âmbito das provedorias² (de Guimarães e de Viana do Castelo) e ilustrativos duma fiscalidade do Antigo Regime até há bem pouco tempo desprezada pelos historiadores – encontravam-se amontoados numa estante do Salão Medieval Superior, misturados com espécies de outros fundos, cheios de pó e atados com cordas, situados alguns numa sala da Torre, corroídos pela humidade e pelo bicho. Até que a investigação atraída pela problemática fiscal, perspectivada no contexto do Alto Minho (sécs. XVIII-XIX), descobriu esse rico Fundo e, conseqüentemente, procedeu à prospecção e pré-classificação de algumas séries, constituindo isto, sem dúvida, a primeira fase da “operação de salvamento”.

A oportuna combinação de certos factores permitiu, que a esse trabalho se agregasse o contributo técnico dum arquivista, encarando-se, então, a hipótese de ser feito um inventário circunscrito à documentação à documentação das provedorias (não Eclesiásticas). Da ideia passou-se imediatamente à prática e durante cerca de três meses conseguiu-se inventariar os livros de quase todos os impostos atrás referidos, salvo os Lançamentos da Décima e Impostos Anexos, e vários avulsos.

O processo foi, entretanto, suspenso em fins de 1983, dada a urgência de se inventariar um outro fundo, e só se retomou no último trimestre de 1984. Mas a pausa revelou-se proveitosa: a experiência adquirida no outro trabalho permitiu um considerável apuramento formal, e o contacto com a documentação relativa aos bens dos Mosteiros e Conventos incorporados na Fazenda Nacional (1834) estimulou a curiosidade pelos acervos documentais a ela pertencentes, embora estranhos ao Fundo Monástico-Conventual (vide inventário respectivo), organizando-se assim, o Fundo dos Próprios Nacionais/fazenda (sécs. XIX-XX), apenso ao das Provedorias.

Os livros e documentos deste fundo não estavam em melhores condições que os outros: dispersos, embrulhados, um pouco destruídos pela humidade ... Exceptuavam-se desta situação os livros das Sisas ou receita Eventual pela Contribuição de Registo por Título Oneroso, da Receita Eventual de Impostos Directos e da Receita do Selo da Verba, que haviam sido distribuídos pelos concelhos e ordenados cronologicamente, no entanto, o grande tamanho dos volumes, a finura de alguns e a inexistência de estantaria apropriada tornaram pouco funcional a sua consulta, tanto mais que não estavam registados, nem etiquetados.

Quanto á técnica empregue na inventariação, baseada no registo, por simbologia, de certas características dos livros, da cota (contínua dentro de cada Provedoria e dos Próprios Nacionais), do título (específico de cada livro ou geral, tratando-se de maços avulsos) e da data ou datas extremas, ela foi a mesma para os dois fundos. Contudo, na disposição das espécies pelas estantes – disposição fielmente reproduzida no texto do inventário – tiveram que se aplicar, por razões formais critérios diferentes. Assim, enquanto que no das provedorias se destacaram do conjunto o Real d'Água, as Sisas e o Subsídio Literário, metendo-se em **OUTROS IMPOSTOS** os restantes, em **ADMINISTRAÇÃO** os Almojarifados de Ponte de

² Para um conhecimento sumário desta instituição e à falta ainda de trabalho(s) especializado(s) sobre o assunto, veja-se: SERRÃO, Joel; LEAL, Maria José da Silva e PEREIRA, Miriam Halpern – **Roteiro de fontes da História Portuguesa Contemporânea**. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, II. Lisboa, INIC, 1984, p. 305.

Lima e de Viana do Castelo, os Livros dos Cofres, a Correspondência resultante do normal funcionamento da entidade fiscal e a Folha dos Professores, e em **APÊNDICE** três peças, difíceis de integrar nas outras séries; no dos Próprios Nacionais/Fazenda estabeleceu-se a divisão em duas partes, sendo a primeira da **ADMINISTRAÇÃO**, isto é, dos livros e documentos que reflectem a estrutura orgânica da Fazenda Pública, e a segunda das **CONTRIBUIÇÃO E IMPOSTOS** – no fim há, também, a rubrica **APÊNDICE**, que inclui um livro de Imposto Municipal Sobre Vinhos, relativo a Braga.

Um trabalho deste tipo nunca é definitivo, podendo surgir sempre mais espécies e correcções pontuais tendentes a possibilitar a consulta pronta e eficaz dos espólios em causa – este deve ser, aliás, o objectivo principal de qualquer inventário.

Ao Dr. Egídio Guimarães agradece-se o total apoio que deu, como responsável do ADB, à elaboração deste “elemento de busca”.

INVENTÁRIO DA PROVIDORIA DE GUIMARÃES

1 – DESCRIÇÃO DO FUNDO

CÓDIGO DE REFERÊNCIA

PT/ADB/PRVGMR

TÍTULO

Providoria de Guimarães

DATAS EXTREMAS

1681-1854

NÍVEL DE DESCRIÇÃO

Fundo

DIMENSÃO E SUPORTE

79 unidades de instalação

HISTÓRIA ADMINISTRATIVA

Não sendo possível apresentar a história específica da Providoria de Guimarães, apresenta-se uma breve nota sobre a evolução e atribuições das providorias em geral.

Os provedores eram magistrados nomeados pelo Rei e possuíam competências administrativas, judiciais e fiscais. O desenrolar histórico desta actividade pautou-se por sucessivas “colagens” aos ofícios de corregedor e contador. Contudo, a área da sua jurisdição era mais vasta, podendo incluir duas ou três comarcas e abranger as terras dos donatários nelas situadas.

As suas competências são matéria das Ordenações Filipinas e das Ordenações da Fazenda das por D. Manuel.

Segundo as primeiras, competia-lhes: acompanhar o processo de execução de testamentos e agir sobre os testamenteiros faltosos; superintender nos juizes dos órfãos e nos tutores de menores; apreciar a legitimidade dos pedidos de transmissão de bens de ausentes; examinar as contas dos mordomos e administradores de capelas, hospitais, albergarias e confrarias; tomar a terça parte dos rendimentos dos concelhos (terças) e aplicá-la em reparações dos lugares; tomar as contas dos dois terços dos concelhos e verificar se tinham sido gastos em benefício do mesmo; superintender o processo de lançamento e recolha do imposto das fintas; entre outras.

Segundo as Ordenações da Fazenda, devia o provedor enquanto contador: meter em pregão o recebimento das rendas e direitos reais dos almoxarifados da comarca; informar do recebimento que ficasse por arrematar; vigiar o cumprimento dos regimentos dos almoxarifes e dos recebedores; receber os cadernos de assentos e entregá-los aos almoxarifes e recebedores; verificar a regularidade das contas; prender todos os oficiais que fossem devedores à Fazenda Real; entregar na fazenda real o levantamento de todas as rendas e direitos que se achassem livres; apresentar, de dois em dois anos, as contas da sua comarca para serem vista pelos vedores; entre outras.

Os Decretos n.º 23 e n.º 24 de 16 de Maio e o Decreto n.º 65 de 28 de Junho de 1833 impuseram uma nova organização e divisão administrativa, judicial e da fazenda. A circunscrição providoria não figura desta nova estrutura, daí considerar-se que ela tenha sido implicitamente extinta. (Mais informação disponível em <http://digitarq.dgarq.gov.pt/?ID=4251583>.)

HISTÓRIA CUSTODIAL E ARQUIVÍSTICA

Tal como os autores originais deste trabalho referem na introdução, reproduzida nesta 2ª versão, não foi possível “...encontrar elementos esclarecedores da data e modo como essa incorporação se fez”.

ÂMBITO E CONTEÚDO

Abrange a área da comarca de Guimarães, correspondendo esta não apenas à área do concelho, mas também a outras circunscrições como Braga, Póvoa de Lanhoso, Celorico de Basto, Cabeceiras de Basto, Vieira do Minho, Amares, Santa Maria de Bouro, Cabaços, Feitosa, etc.

Inclui documentação sobre: o real d'água, sisas, sisas de alfândegas marítimas, terrestres ou portos secos, arrematação do bacalhau, autos de execução de sisas, subsídio literário, denúncias do subsídio literário, décima e impostos anexos, manifestos dos dinheiros dados a juro, quinto das capelas.

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO

Organização funcional.

INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO

CAPELA, José Viriato; SILVA, Armando Malheiro – INVENTÁRIO DAS PROVIDORIAS (GUIMARÃES E VIANA DO CASTELO) E DOS PRÓPRIO NACIONAIS/FAZENDA. Braga: Arquivo Distrital de Braga, 1985.

NOTA DO ARQUIVISTA

Descrição documental elaborada por Armando Malheiro da Silva e José Viriato Eiras Capela em 1985. Descrição do fundo elaborada por Ana Sandra Meneses, tendo por base o instrumento de descrição original; da obra ROTEIRO DE FONTES DA HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA PORTUGUESA - ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO. Coord. de Joel Serrão; dir. de M^aJosé da Silva Leal e M.Halpern Pereira). Lisboa: INIC, 1984. Vols.I e II e o sítio Web: <http://digitarq.dgarq.gov.pt/?ID=4251583>.

REGRAS OU CONVENÇÕES

DIRECÇÃO GERAL DE ARQUIVOS; PROGRAMA DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO; GRUPO DE TRABALHO DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO – *Orientações para a descrição arquivística*. 2ª versão. Lisboa: DGARQ, 2007. ISBN 978-972-8107-91-8.

DATA DA DESCRIÇÃO

1985 e 2010

2 – INVENTÁRIO

Série 01 Real d'Água

Código de referência PT/ADB/PRVGMR/01/PG1

Cota PG1

Título Real d'Água do Couto de Cabaços

Data inicial 1816

Data final 1833

Código de referência PT/ADB/ PRVGMR/01/PG2

Cota PG2

Título Real d'Água do couto de Feitosa

Data inicial 1820

Data final 1834

Código de referência PT/ADB/ PRVGMR/01/PG3

Cota PG3

Título Real d'Água do couto de Feitosa

Data 1834

Código de referência PG/ADB/ PRVGMR/01/PG4
Cota PG4
Título Real d'Água do couto de Feitosa
Data 1835

Série 02 Sisas

Código de referência PT/ADB/ PRVGMR/02/PG5
Cota PG5
Título Sisas correntes de Braga
Data 1713

Código de referência PT/ADB/ PRVGMR/02/PG6
Cota PG6
Título Sisas correntes do couto de Cabaços
Data inicial 1816
Data final 1822

Código de referência PT/ADB/ PRVGMR/02/PG7
Cota PG7
Título Lançamento das sisas do couto de Cabaços
Data inicial 1822
Data final 1833

Código de referência PT/ADB/ PRVGMR/02/PG8
Cota PG8
Título Sisas correntes de couto de Cabaços
Data inicial 1823
Data final 1835

10

Código de referência PT/ADB/ PRVGMR/02/PG9
Cota PG9
Título Sisas correntes de Celorico de Basto
Data inicial 1730
Data final 1732
Características físicas e requisitos técnicos Livro em mau estado de conservação e/ou truncado

Código de referência PT/ADB/ PRVGMR/02/PG10
Cota PG10
Título Sisas correntes de Celorico de Basto
Data inicial 1745
Data final 1748
Características físicas e requisitos técnicos Livro em mau estado de conservação e/ou truncado

Código de referência PT/ADB/ PRVGMR/02/PG11
Cota PG11
Título Sisas correntes de Celorico de Basto
Data inicial 1773
Data final 1775
Características físicas e requisitos técnicos Livro em mau estado de conservação e/ou truncado

Código de referência PT/ADB/PRVGMR/02/PG12
Cota PG12
Título Sisas correntes de Celorico de Basto
Data inicial 1775
Data final 1776
Características físicas e requisitos técnicos Livro em mau estado de conservação e/ou truncado

Código de referência PT/ADB/PRVGMR/02/PG13
Cota PG13
Título Sisas correntes de Celorico de Basto
Data inicial 1787
Data final 1789
Características físicas e requisitos técnicos Livro em mau estado de conservação e/ou truncado

Código de referência PT/ADB/PRVGMR/02/PG14
Cota PG14
Título Sisas correntes de Celorico de Basto
Data inicial 1797
Data final 1799
Características físicas e requisitos técnicos Livro em mau estado de conservação e/ou truncado

Código de referência PT/ADB/PRVGMR/02/PG15
Cota PG15
Título Sisas correntes de Celorico de Basto
Data inicial 1799
Data final 1801
Características físicas e requisitos técnicos Livro em mau estado de conservação e/ou truncado

Código de referência PT/ADB/PRVGMR/02/PG16
Cota PG16
Título Lançamento das sisas de couto da Feitosa
Data inicial 1829
Data final 1834

Código de referência PT/ADB/PRVGMR/02/PG17
Cota PG17
Título Sisas correntes da Póvoa de Lanhoso
Data inicial 1681
Data final 1688
Características físicas e requisitos técnicos Livro em mau estado de conservação e/ou truncado

Série 03 Subsídio Literário

Código de referência PT/ADB/PRVGMR/03/PG18
Cota PG18
Título Subsídio literário do couto de Cabaços
Data inicial 1828

Código de referência PT/ADB/PRVGMR/03/PG19
Cota PG19
Título Subsídio literário do couto de Cabaços
Data 1829

Código de referência PT/ADB/PRVGMR/03/PG20
Cota PG20
Título Subsídio literário do couto de Cabaços
Data 1830

Código de referência PT/ADB/PRVGMR/03/PG21
Cota PG21
Título Subsídio literário do couto de Cabaços
Data 1831

Código de referência PT/ADB/PRVGMR/03/PG22
Cota PG22
Título Subsídio literário do couto de Cabaços
Data 1832

Código de referência PT/ADB/PRVGMR/03/PG23
Cota PG23
Título Subsídio literário do couto de Cabaços
Data 1833

Código de referência PT/ADB/PRVGMR/03/PG24
Cota PG24
Título Subsídio literário do couto de Cabaços
Data 1834

Código de referência PT/ADB/PRVGMR/03/PG25
Cota PG25
Título Subsídio literário de Celorico de Basto
Data 1812

Código de referência PT/ADB/PRVGMR/03/PG26
Cota PG26
Título Subsídio literário de Fonte Arcada
Data 1816

Código de referência PT/ADB/PRVGMR/03/PG27
Cota PG27
Título Subsídio literário de Guimarães. Arrolamento do Vinho colhido (L.º 5º)
Data inicial 1843
Data final 1844

Código de referência PT/ADB/PRVGMR/03/PG28
Cota PG28
Título Subsídio literário da Póvoa de Lanhoso (L.º 1º)
Data 1819

Código de referência PT/ADB/PRVGMR/03/PG29
Cota PG29
Título Subsídio literário de São João de Moreira de Rei
Data 1775

Código de referência PT/ADB/PRVGMR/03/PG30
Cota PG30
Título Subsídio literário de São João de Moreira de Rei
Data 1789

Código de referência PT/ADB/PRVGMR/03/PG31
Cota PG31
Título Subsídio literário de São João de Moreira de Rei
Data 1790

Código de referência PT/ADB/PRVGMR/03/PG32
Cota PG32
Título Subsídio literário de São João de Moreira de Rei
Data 1791

Código de referência PT/ADB/PRVGMR/03/PG33
Cota PG33
Título Subsídio literário de São João de Moreira de Rei
Data 1792

Código de referência PT/ADB/PRVGMR/03/PG34
Cota PG34
Título Subsídio literário de São João de Moreira de Rei
Data 1797

Código de referência PT/ADB/PRVGMR/03/PG35
Cota PG35
Título Subsídio literário de São João de Moreira de Rei
Data 1810

Código de referência PT/ADB/PRVGMR/03/PG35-A
Cota PG35-A
Título Subsídio literário de Vieira do Minho
Data 1788

Código de referência PT/ADB/PRVGMR/03/PG35-B
Cota PG35-B
Título Livro de décimas de Aboim e Codessoso
Data 1800

Série 04 Outros impostos

Subsérie 01 Décima e impostos anexos

Código de referência PT/ADB/PRVGMR/04.01/PG36
Cota PG36
Título Décima ordinária sobre prédios, juros e maneo dos moradores do couto de Cabaços
Data 1834

Código de referência PT/ADB/PRVGMR/04.01/PG36-A
Cota PG36-A
Título Rol das dívidas à décima dos moradores de Cabeceiras de Basto
Data inicial 1829
Data final 1831

Código de referência PT/ADB/PRVGMR/04.01/PG37
Cota PG37
Título Décima de juro de Felgueiras e Pombeiro
Data 1810

Código de referência PT/ADB/PRVGMR/04.01/PG38
Cota PG38
Título Décima do maneo de Felgueiras e Pombeiro
Data 1810

Código de referência PT/ADB/PRVGMR/04.01/PG39
Cota PG39
Título Décima de juro de Felgueiras e Pombeiro
Data 1811

Código de referência PT/ADB/PRVGMR/04.01/PG40
Cota PG40
Título Décima do maneo de Felgueiras e Pombeiro
Data 1811

Código de referência PT/ADB/PRVGMR/04.01/PG41
Cota PG41
Título Décima da fazenda, maneo e juro de Fonte Arcada
Data 1810

Código de referência PT/ADB/PRVGMR/04.01/PG42
Cota PG42
Título Décima do maneo de Guimarães
Data 1821

Código de referência PT/ADB/PRVGMR/04.01/PG43
Cota PG43
Título Décima da fazenda, maneo e juro de Parada de Bouro
Data 1810

Código de referência PT/ADB/PRVGMR/04.01/PG44
Cota PG44
Título Décima da fazenda da Póvoa de Lanhoso
Data 1810

Código de referência PT/ADB/PRVGMR/04.04/PG45
Cota PG45
Título Décima da fazenda da Póvoa de Lanhoso
Data 1811

Código de referência PT/ADB/PRVGMR/04.01/PG46
Cota PG46
Título Décima da fazenda, maneo e juro de Pedraído
Data 1810

Código de referência PT/ADB/PRVGMR/04.01/PG47
Cota PG47
Título Décima da fazenda da Ribeira de Soaz
Data 1811

Código de referência PT/ADB/PRVGMR/04.01/PG48
Cota PG48
Título Décima do maneio da Ribeira de Soaz
Data 1811

Código de referência PT/ADB/PRVGMR/04.01/PG49
Cota PG49
Título Décima da fazenda de Rossas
Data inicial 1762
Data final 1763

Código de referência PT/ADB/PRVGMR/04.01/PG50
Cota PG50
Título Décima de juro de Rossas
Data 1811

Código de referência PT/ADB/PRVGMR/04.01/PG51
Cota PG51
Título Décima da fazenda, juro e maneio de São João de Moreira de Rei
Data 1810

Código de referência PT/ADB/PRVGMR/04.01/PG52
Cota PG52
Título Décima da fazenda e maneio de São João de Moreira de Rei
Data 1810

Código de referência PT/ADB/PRVGMR/04.01/PG53
Cota PG53
Título Décima da fazenda e maneio de São João de Moreira de Rei
Data 1811

Código de referência PT/ADB/PRVGMR/04.01/PG54
Cota PG54
Título Décima da fazenda e maneio de Couto de Serzedelo
Data 1763

Código de referência PT/ADB/PRVGMR/04.01/PG55
Cota PG55
Título Décima da fazenda e maneio de Couto de Serzedelo
Data 1811

Código de referência PT/ADB/PRVGMR/04.01/PG56
Cota PG56
Título Décima de juro de Vieira do Minho
Data 1810

Código de referência PT/ADB/PRVGMR/04.01/PG57
Cota PG57
Título Décima de juro de Vieira do Minho
Data 1811

Código de referência PT/ADB/PRVGMR/04.01/PG58
Cota PG58
Título Décima da fazenda e manejo de Vieira do Minho
Data 1811

Código de referência PT/ADB/PRVGMR/04.01/PG59
Cota PG59
Título Décima do manejo e juro de Vieira do Minho
Data 1824

Código de referência PT/ADB/PRVGMR/04.01/PG60
Cota PG60
Título Décima da fazenda manejo e juro da Vila Boa da roda
Data 1811

Subsérie 02 Quinto das Capelas

Código de referência PT/ADB/PRVGMR/04.02/PG61
Cota PG61
Título Livro do quinto de Braga
Data 1825

Subsérie 03 Cobrança do selo

Código de referência PT/ADB/PRVGMR/04.03/PG62
Cota PG62
Título Cobrança do selo de Couto de Cabaços
Data 1814

16

Código de referência PT/ADB/PRVGMR/04.03/PG63
Cota PG63
Título Cobrança do selo do couto de Cabaços
Data inicial 1815
Data final 1816

Código de referência PT/ADB/PRVGMR/04.03/PG64
Cota PG64
Título Cobrança do selo do couto de Cabaços
Data inicial 1816
Data final 1818

Código de referência PT/ADB/PRVGMR/04.03/PG65
Cota PG65
Título Cobrança do selo de couto de Cabaços
Data inicial 1818
Data final 1819

Código de referência PT/ADB/PRVGMR/04.03/PG66
Cota PG66
Título Cobrança do selo do couto de Cabaços
Data inicial 1819
Data final 1820

Código de referência PT/ADB/PRVGMR/04.03/PG67
Cota PG67
Título Cobrança do selo de couto de Cabaços
Data inicial 1820
Data final 1822

Código de referência PT/ADB/PRVGMR/04.03/PG68
Cota PG68
Título Cobrança do selo de couto de Cabaços
Data inicial 1822
Data final 1835

Código de referência PT/ADB/PRVGMR/04.03/PG69
Cota PG69
Título Cobrança do selo de Celorico de Basto
Data inicial 1813
Data final 1815

Código de referência PT/ADB/PRVGMR/04.03/PG70
Cota PG70
Título Cobrança do selo de Celorico de Basto
Data inicial 1815
Data final 1817

Código de referência PT/ADB/PRVGMR/04.03/PG71
Cota PG71
Título Cobrança do selo do couto de Feitosa
Data inicial 1833
Data final 1835

Secção ADM Administração

Série ADM/01 Manifesto dos dinheiros dados a juro

Código de referência PT/ADB/PRVGMR/05.01/PG72
Cota PG72
Título Manifesto dos dinheiros de Santa Maria de Amares e Bouro
Data inicial 1848
Data final 1878

Código de referência PT/ADB/PRVGMR/05.01/PG73
Cota PG73
Título Procuração bastante, que fez Maria Teresa, Alves, mulher de José António Ferreira, da freguesia de Prozelo, concelho de Braga, a seu filho para tomar dinheiro a juro 5%.
Data 1795

Código de referência PT/ADB/PRVGMR/05.01/PG74
Cota PG74
Título Manifesto dos dinheiros dos coutos de Refojos e Abadim, concelho de Cabeceiras de Basto
Data 1834

Código de referência PT/ADB/PRVGMR/05.01/PG75
Cota PG75
Título Manifesto do dinheiro de Celorico de Basto
Data 1770

Código de referência PT/ADB/PRVGMR/05.01/PG76
Cota PG76
Título Manifesto dos dinheiros de Celorico de Basto
Data inicial 1834
Data final 1843

Código de referência PT/ADB/PRVGMR/05.01/PG77
Cota PG77
Título Manifesto dos dinheiros de Celorico de Basto (L.1 31)
Data inicial 1849
Data final 1853

Código de referência PT/ADB/PRVGMR/05.01/PG78
Cota PG78
Título Manifesto dos dinheiros de Celorico de Basto (Lº 4º)
Data 1854

Série ADM/02 Protocolo das audiências do escrivão das Contas e da Fazenda

Código de referência PT/ADB/PRVGMR/05.02/PG79
Cota PG79
Título Protocolo
Data inicial 1819
Data final 1826

ÍNDICES

ÍNDICE DAS ORDENS MILITARES

AVIS, Ordem de São Bento de	Cota
Comenda de	
JUROMENHA (NOSSA SENHORA DO LORETO)	28
CRISTO, Ordem de	Cotas
Comenda de	
ADAÚFE (SANTA MARIA)	2, 3, e 4
AFIFE (SANTA CRISTINA)	5
AGRELA (SANTA CRISTINA)	18
ALVARÃES (SÃO MIGUEL)	6
ÁZERE (SÃO COSME E DAMIÃO)	8
BALAZAR (SANTA EULÁLIA)	9
BRAVÃES (SÃO SALVADOR)	10
CALDELAS (SANTIAGO)	11
CALVELO (SÃO PEDRO)	12
CALVELO (SÃO PEDRO)	13, 14, 15 e 16
CAMPO (SÃO SALVADOR)	17
CASTELÕES (SÃO JOÃO)	18
COUCIEIRO (SÃO JOÃO)	20 e 21
COSSOURADO (SÃO TIAGO)	13, 14, 22 e 23
FACHA (SÃO MIGUEL)	24
FRIASTELAS (SÃO MARTINHO)	15 e 16
GARFE (SÃO COSME E DAMIÃO)	25
GUILHOFREI (SÃO TIAGO)	26 e 27
GUIZANDE (SÃO MIGUEL)	29
JOANE (SÃO SALVADOR)	28
LOMAR (SÃO PEDRO)	29
MERELIM (SÃO PAIO)	30 e 31
MERELIM (SÃO PEDRO)	30 e 31
MERUFE (SÃO PEDRO)	32 e 33
NINE (SANTA MARIA)	34
PIAS (SÃO TIAGO)	35
QUEIMADELA (SÃO PEDRO)	18
RIBAS DE BASTO (SÃO SALVADOR)	36
RIO COVO (SANTA EULÁLIA)	38 e 39
RIO FRIO (SÃO JOÃO BAPTISTA)	40, 41, 42 e 43
RUIVÃES (SÃO MARTINHO)	44
SERDEDELO (SANTA MARTA)	46
SERZEDELO (SANTA CRISTINA)	47
VALDREU (SÃO SALVADOR)	91
VITORINO DE PIÃES	121

MALTA, Ordem de

Comenda de

ABOIM DA NÓBREGA

CHAVÃO (SÃO JOÃO)

TÁVORA (SANTA MARIA)

VEADE (SANTA MARIA)

Cotas

1

19

50 a 90

92 a 120

ÍNDICE TOPONÍMICO

	Cotas
ABOIM DA NÓBREGA	1
ADAUFE (SANTA MARIA)	2, 3, 4, 141
AFIFE (SANTA CRISTINA)	5
AGRELA (SANTA CRISTINA)	18
ALVARÃES (SÃO MIGUEL)	6, 141
ANTIME (SANTA MARIA)	7
AZERE (SÃO COSME E DAMIÃO)	8, 141
BALAZAR (SANTA EULALIA)	9, 141
BEIRAL DO LIMA (SANTA MARIA)	141
BRAVÃES (SÃO SALVADOR)	10, 141
CALDELAS (SANTIAGO)	11, 141
CALVELO (SÃO PEDRO)	12 a 16, 141
CAMPO (SÃO SALVADOR)	17, 141
CARREÇO (SANTA MARIA)	141
CASTELÕES (SÃO JOÃO)	18
CASTRO LABOREIRO (SANTA MARIA)	141
CHAVÃO (SÃO JOÃO)	19
CORRELHÃ (SÃO TOMÉ)	141
COSSOURADO (SÃO TIAGO)	13, 14, 22, 23
COUCIEIRO (SÃO JOÃO)	20, 21
DUAS IGREJAS (SANTA MARIA)	141
FACHA (SÃO MIGUEL)	24
FAIA (SÃO TIAGO)	141
FORNELOS (SÃO VICENTE)	141
FRIASTELAS (SÃO MARTINHO)	15, 16
GARFE (SÃO COSME E DAMIÃO)	25, 141
GONTINHÃES (SANTA MARIA)	141
GUILHOFREI (SÃO TIAGO)	26, 27
GUIZANDE (SÃO MIGUEL)	29
JOANE (SÃO SALVADOR)	28, 142
JUROMENHA (NOSSA SENHORA DO LORETO)	28
LAVRADAS (SÃO MIGUEL)	142
LOMAR (SÃO PEDRO)	29, 142
LOUREDO (SÃO SALVADOR)	48, 49
MERELIM (SÃO PAIO)	30, 31
MERELIM (SÃO PEDRO)	30, 31
MERUFE (SO PEDRO)	32, 33
NINE (SANTA MARIA)	34
PIAS (SÃO TIAGO)	35, 142
PORTUZELO (SANTA MARIA)	142
QUEIMADELA (SÃO PEDRO)	18
RATES (SÃO PEDRO)	142
RIBAS DE BASTO (SÃO SALVADOR)	36

RIO CALDO (SÃO JOÃO BAPTISTA)	37
RIO COVO (SANTA EULALIA)	38, 39
RIO FRIO (SÃO JOÃO BAPTISTA)	40 a 43, 142
RUIVÃES (SÃO MARTINHO)	44
SANDE (SÃO MARTINHO)	45
SEIXAS (SÃO PEDRO)	141
SERDEDELO (SANTA MARTA)	46, 141, 142
SERZEDELO (SANTA CRISTINA)	47, 142
SOUTO (SÃO SALVADOR)	48, 49
TÁVORA (SANTA MARIA)	50 a 90, 142
VALDREU (SÃO SALVADOR)	91
VEADE (SANTA MARIA)	93 a 120, 141
VITORINO DE PIÃES	121